■ Nº 3 ■ 15/NOV/2009

PED 2009

ESQUERDA PT SOCIALISTA 220

1º TURNO 22 DE NOVEMBRO, 2º TURNO 6 DE DEZEMBRO

Para presidente nacional do PT, vote Iriny 120: mulher, petista, de esquerda e socialista.
Para o Diretório Nacional, vote Esquerda Socialista, 220

VEJA NESTA EDIÇÃO

Saúde em debate
págs. 4, 5 e 6

A direita também se mexe

Após a onda de vitórias eleitorais das forças de esquerda e progressistas (iniciada em 1998, com Hugo Chavez, até 2009, com Maurício Funes), se criou uma nova correlação de forças na América Latina.

Entretanto, como as forças de direita seguem governando Peru, Colômbia e México, esta correlação de forças se estabilizou num patamar ainda insuficiente.

Por outro lado, a direita latino-americana está superando a confusão provocada pelo efeito-dominó de derrotas eleitorais; e está desenvolvendo, desde 2008 pelo menos, uma contra-ofensiva visando recuperar espaços perdidos.

Esta contra-ofensiva recebeu o reforço: a) da crise internacional, que cria dificuldades econômicas para a maioria dos governos progressistas, em particular para Venezuela, Bolívia, Equador e Cuba; b) da vitória de Obama, cuja imagem positiva (construída pela mídia e ajudada pelo efeito "bode-Bush na sala") permitiu aos Estados Unidos recuperar parte de sua margem de manobra.

Podemos resumir assim os principais movimentos feitos pela direita: a) reforçar suas "cabeças de ponte" no subcontinente (Colômbia, Peru, México); b) atacar os "elos fracos" da cadeia progressista (Panamá, Honduras. Paraguai, Guatemala); c) fortalecer alternativas eleitorais de direita nos "elos fortes" da cadeia progressista, criando uma "nova direita" que mistura doses de Sarkozy e Berlusconi (exemplo disto são as figuras "empresariais" de sucesso, tipo Piñera no Chile, o presidente eleito no Panamá, o filho de Bordaberry no Uruguai etc.); d) isolar a Venezuela; e) manter a pressão sobre Cuba; e) neutralizar o Brasil.

A grande dificuldade política da direita latino-americana está em como tratar o governo brasileiro. Afinal, para atingir o objetivo de isolar a Venezuela, eles ajudam a difundir uma imagem positiva de Lula e do Brasil. Com isso, eles têm dificuldade de lidar com o apoio que nossa política externa tem prestado a Venezuela e Cuba, nossa atitude no caso de Honduras, os acordos feitos com Evo Moraes e Fernando Lugo, as corretas relações com o governo do Irã, a abertura da embaixada na República Popular e Democrática da Coréia, a decisão de comprar armas na França etc.

Atualmente, prevalece na política do Departamento de Estado dos EUA a convicção de que não podem aparecer como opositores a Lula, mas que o melhor para eles seria que o PSDB ganhasse as eleições no Brasil. Sem a volta da oposição de direita ao governo brasileiro, o governo dos EUA não terá a liberdade de ação necessária para operar como desejam no que seguem considerando como seu pateo trasero.

Esta liberdade de ação é fundamental para o governo dos EUA por dois motivos: a crise internacional ainda não terminou; e o que vem por aí, no curto e no médio prazo, é um período de profunda instabilidade.

Nessas condições, a esquerda latino-americana e brasileira deve trabalhar com as seguintes diretrizes: a) não perder nenhum governo para a direita; b) acelerar o processo de integração regional; c) aprofundar o processo de mudanças em cada país.

Estas três diretrizes não necessariamente se harmonizam. Por exemplo: no Chile, se conseguirmos levar a disputa eleitoral para o segundo turno, derrotar a direita implicará em votar em Eduardo Frei ou em Marco-Enrique Ominami. Em nenhum dos casos isto é garantia de que conseguiremos "aprofundar as mudanças" naquele país.

Outro exemplo: no afã de aprofundar as mudanças, o presidente Zelaya de Honduras adotou uma tática para a qual não dispunha de correlação de forças. O resultado foi, até o momento, "perder um governo para a direita" (ainda que no médio prazo o saldo principal do processo possa ser a criação de uma base popular para o que não existia, uma esquerda hondurenha de massas).

Assim, o desafio está em descobrir como articular, em cada caso concreto, as três diretrizes citadas: não perder, acelerar a integração, aprofundar as mudanças. Trata-se de ter, como fazem os Estados Unidos e a direita latino-americana, uma estratégia geral e ao mesmo tempo táticas particulares para cada país.

No caso brasileiro, a vitória de Dilma Roussef atende claramente a dois destes objetivos: "não perder nenhum governo para a direita" e "acelerar o processo de integração". Mas há setores da esquerda e inclusive do PT que ainda ficam em dúvida acerca do que passará, com a vitória de Dilma, com o terceiro objetivo: "aprofundar o processo de mudanças"?

Para responder isto, é preciso perceber que em 2010 haverá dois confrontos, articulados mas distintos:

a) o confronto entre ***neoliberalismo + desenvolvimentismo privado*** (ou seja, capitaneado pelas grandes empresas) versus o d***esenvolvimentismo orientado pelo Estado*** em associação com setores privados;

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Direção Nacional da AE: Adriano Oliveira (RS), Altemir Viana (AM), Ana Lúcia Vieira (SE), Angélica Fernandes (SP), Bruno Elias (TO), Beto Aguiar (RS), Célio Antonio (SC), Expedito Solaney (PE), Fábio Pessoa (PA), Fernando Nascimento (PE), Iole Iliada (SP), Ivan Alex (BA), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jairo Rocha (MT), José Fritsch (SC), José Ricardo (DF), Larissa Campos (MG), Laudicéia Schuaba Andrade (ES), Lício Lobo(SP), Mário Cândido de Oliveira (PR), Marcel Frison (RS), Marcelino Gallo (BA), Marcelo Mascarenha (PI), Múcio Magalhães (PE), Olavo Brandão (RJ), Pedro Moreira (MG), Pere Petit (PA), Rafael Pops (DF), Rosana Ramos (DF), Rosana Tenroller (RS), Rodrigo César (RJ), Rubens Alves (MS), Talita Cardoso (PA), Valter Pomar (SP).

Edição: Valter Pomar **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Secretaria Gráfica:** Edma Valquer **Assinaturas:** Sirlei Augusta Chaves e-mail: chaves.sirlei@gmail.com **Endereço para correspondência:** R. Silveira Martins,160 conj. 11- São Paulo/SP CEP 01019-000

b) o confronto entre ***desenvolvimentismo conservador*** e o ***desenvolvimentismo democrático-popular***.

A vitória de Dilma será, certamente, a vitória do desenvolvimentismo orientado pelo Estado, em associação com setores privados. Já uma eventual vitória da oposição de direita seria a vitória do desenvolvimentismo conservador, privado e associado ao neoliberalismo.

Uma eventual vitória de Serra (se for ele mesmo o candidato da oposição de direita) seria uma derrota clara do desenvolvimentismo democrático e popular. Já a vitória de Dilma manterá aberta a disputa entre desenvolvimentismo conservador (ou seja, aquele que não toca nas estruturas de propriedade e poder) versus o desenvolvimentismo democrático popular (aquele que se faz mediante reformas estruturais que alterem a propriedade e o poder).

Nas eleições de 2010 não existe a menor chance de solucionar integralmente a disputa, em favor das reformas estruturais. Mas existe a possibilidade de resolver o desenlace em favor da direita. Ou seja: a esquerda conseqüente pode não ganhar, mas certamente pode perder. E isto é motivo mais do que suficiente para jogar todas as energias em favor da vitória de Dilma.

A tática da esquerda nas eleições de 2010 tem que levar em conta estas implicações ou objetivos: a) por um lado, impedir a direita de vencer; b) por outro lado, acumular forças em favor das reformas estruturais.

O primeiro objetivo exige levar Dilma para o segundo turno e vencer as eleições no segundo turno. O segundo objetivo implica reconstruir a unidade dos partidos e movimentos que integram o campo democrático-popular (o que inclui uma plataforma comum e certos acordos político-organizativos, mas que só vai se "resolver" –como ocorreu no final dos anos 1970— quando o movimento de massa estabelecer um rumo hegemônico).

Um dos principais obstáculos à reconstituição do campo democrático-popular é a existência, no campo democrático popular, de diferentes análises acerca do governo Lula. Resumidamente:

a) um setor majoritário da esquerda comete, frente ao governo Lula, o erro que o Partido Comunista adotou frente aos governos Juscelino e Jango, a saber, uma postura de adesismo estratégico;

b) um setor minoritário da esquerda comete, frente ao governo Lula, o erro que o Partido Comunista adotou frente ao governo Vargas e frente ao governo Jango, a saber, uma postura de oposição esquerdista.

> **"A esquerda latino-americana e brasileira deve trabalhar com as seguintes diretrizes: a) não perder nenhum governo para a direita; b) acelerar o processo de integração regional; c) aprofundar o processo de mudanças em cada país."**

O campo democrático-popular não deve cair no adesismo estratégico, nem no esquerdismo. No terreno da tática eleitoral, isto se traduz em dois movimentos: a) independente do que cada um faça no primeiro turno, é preciso votar contra a direita no segundo turno; b) é preciso disputar o programa de governo do mandato Dilma, incidindo a favor do desenvolvimentismo democrático-popular.

O Partido dos Trabalhadores tem papel fundamental neste esforço de garantir a unidade da esquerda no primeiro turno e, se não for possível, no segundo turno.

No terreno mais estratégico, é preciso enfrentar um problema ainda mal-resolvido: o caminho estratégico para o socialismo, que neste momento está obtendo "maior sucesso" na América Latina, não é o da insurreição (que não venceu em lugar nenhum), nem o da guerra popular prolongada (tampouco vitoriosa), nem o da guerra de guerrilhas (vitoriosa apenas em Cuba e Nicarágua), muito menos o "movimentismo" (que de fato não constitui um caminho para o poder), mas sim o caminho de tipo "chileno" (referimo-nos, como é óbvio, a experiência da Unidad Popular de 1970), caminho este praticado explicitamente na Venezuela, Bolívia e Equador: ***a disputa e o exercício de governos eleitos como parte fundamental da luta pelo poder***.

Entretanto, uma parte da esquerda brasileira não tirou as devidas conseqüências desta opção e ainda não consegue implementar uma estratégia de acúmulo de forças e de disputa pelo poder nos marcos deste caminho estratégico. Na prática, discute as questões, analisa a realidade e opera a partir de uma matriz de interpretação da realidade baseada em outros paradigmas estratégicos. Ao fazer as perguntas erradas, obtém respostas erradas.

Cabe a esquerda socialista do PT ajudar neste debate, inclusive para evitar que tenha sucesso a tática da direita, a saber: isolar, cercar e destruir setores "radicais" da esquerda, como caminho para atacar o conjunto da esquerda. ★

"É preciso convencer Dilma e Lula"

A medicina socializada é a pedra fundamental da arquitetura do Estado socialista?

*Carlos Kalifa**

Che tinha razão. O que define um revolucionário é o seu amor pela humanidade, pela justiça e pela verdade. A luta por melhores condições de saúde e atenção médica exige esse espírito revolucionário. Ela é vital. Dor e morte. Pede rebeldia, consciência e dedicação da nossa militância para transformar a realidade sanitária e as instituições de saúde no Brasil. Defender o SUS representa defender a vida, a natureza e o socialismo.

1

Lula, Dilma, o PT e o movimento sindical precisam compreender o significado histórico dessa luta em defesa do SUS e da regulamentação do mercado de planos de saúde. Sem dúvida, os oito anos de governo Lula foram bem superiores ao governo FHC: a melhoria dos indicadores sociais no setor saúde é definitiva nesse sentido. Mas quais são as principais tarefas para construir um modelo de proteção social público, no próximo período histórico, tendo como norte a experiência cubana e as experiências exitosas do universalismo europeu e canadense? De forma emblemática, no último dia 11 de novembro, as centrais sindicais definiram seis eixos unificados em seu calendário de lutas, bandeiras fundamentais para a luta de classes, mas o SUS ficou de fora. Será que o problema (o mercado) virou solução para a nossa base social? Social-democratas e socialistas do PT concordarão com a minha resposta. Não.

2

No entanto, sem projeto estratégico para vivificar e legitimar o SUS, o programa de governo da companheira Dilma na área da saúde poderá acabar privilegiando, de forma consciente ou não, uma visão pragmática, fiscalista, onde o fomento ao mercado de planos aparece como solução pragmática para desonerar o SUS. Seria um grave erro do partido e do governo. Nos Estados Unidos, pelo contrário, em plena crise econômica internacional, Obama ataca o mercado de planos de saúde e propõe uma ampliação da intervenção governamental, devido aos altos custos que o modelo privado impõe ao sistema de saúde estadunidense. No Brasil, a base aliada do governo Lula não priorizará a votação da Contribuição Social da Saúde esse ano, apesar da alíquota de 0,1% ser insuficiente para resolver os problemas de financiamento do SUS. Essa situação precisa ser revertida. Apesar de avanços incontestáveis do nosso governo na gestão do SUS, a mídia – que funciona como braço de apoio da oposição – poderá explorar esta fragilidade na disputa eleitoral de 2010.

3

Na Constituição de 1988, o SUS foi criado, o direito social à saúde foi constituído, mas se preservou a livre-iniciativa, na área da atenção médico-hospitalar. Passou dez anos para se aprovar a Lei da regulamentação do mercado de planos de saúde, cuja estrutura e dinâmica contou e conta com pesados incentivos governamentais. O que a ideologia reformista imaginava no seu nascedouro? A universalização para todos, a redução do mercado de planos e a melhoria das condições da atenção médica, em todos os níveis de atenção. Mas, vinte anos depois, o projeto reformista vingou? Sim e não. O SUS ainda não tem financiamento estável, o mercado cresceu e a estratificação de clientela não foi superada. Nesse quadro, aparece o calcanhar-de-aquiles do movimento de reforma: o SUS não detém recursos para cobrir o mercado formal de trabalho e do funcionalismo público, em tese, o pólo dinâmico da economia, com maior capacidade de vocalização política para radicalizar a defesa do sistema público de saúde. Ademais, nas grandes regiões metropolitanas, a população continua sofrendo restrição de acesso (escassez da oferta de leitos) e utilização (filas desordenadas, atenção fragmentada e qualidade da atenção incerta). Está dada a base material para crise de legitimidade do sistema. Houve, entretanto, tremendos avanços sociais e assistenciais, que devem ser reconhecidos e aprofundados. Nossa pobreza e desigualdade teriam uma dimensão mais trágica, sem a presença de um sistema público universal. Ninguém está fora do sistema de saúde, nem os custos catastróficos com saúde penalizam com perdas patrimoniais os assalariados e os trabalhadores, como no caso norte-americano. O SUS coleciona experiências exitosas, reconhecidas internacionalmente, como o tratamento da AIDS. O modo petista de governar possui também importantes contribuições nesse processo. Nossa militância deve se conscientizar dessa práxis transformadora para mobilizar a sociedade e o movimento social para atuar em sua defesa. Paralelamente, a política regulatória da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), se resistiu corretamente à autoregulação do mercado, não impediu que o mercado se concentrasse, substituísse o SUS, negasse cobertura, expulsassem idosos e crônicos, a despeito de receber significativos subsídios estatais. Hoje, inclusive, estamos ameaçados com a 'captura' da Agência pelo mercado. Lembremos que a indicação dos diretores foi feita pelo nosso governo. Sem base técnica, como resposta a esse seu fortalecimento no Estado, as operadoras de saúde antecipam a campanha pela remarcação de preços dos planos empresariais, cujos efeitos não serão triviais sobre a inflação da economia e sobre os gastos das famílias com saúde. Futuros reajustes abusivos de preço podem ser debitados em nossa conta, e com mais força, se o candidato for o ex-ministro da saúde, o tucano José Serra. Vacilo. Esse jogo tem que ser virado ano que vem.

4

O SUS está tão-somente pressuposto na Constituição. Condição necessária, mas insuficiente para sua afirmação, que depende da construção de uma expressiva base política e social de apoio. Sem pressão política, sem movimento de massa combinado com a luta institucional, a implementação do SUS continuará frouxa. Para avançarmos nessa disputa da hegemonia, o PT precisa formular um programa para superar o subfinanciamento do SUS; o caráter privado da rede hospitalar; a fragilidade da gestão dos 'recursos humanos'; a drenagem regressiva de recursos públicos para o mercado; a dupla porta de entrada nos hospitais universitários e filantrópicos; a privatização dos leitos da rede pública e os abusos dos co-pagamentos; a regulação inconclusa dos planos privados empresariais; a ausência de planejamento do sistema público e privado. Porém, nessa conjuntura, onde somos governo e disputaremos as próximas eleições, não basta construir um programa tecnicamente viável. É fundamental que ele seja fruto do consenso, da unidade do PT e do campo democrático-popular, para sustentar e apoiar nosso governo a realizar esse projeto. Nossos desafios são tremendos. Devemos unir o bloco histórico em defesa do SUS, para defender sua institucionalidade pública e democrática, para aprovar a Emenda Constitucional 29 – que prevê o aporte de recursos financeiros adicionais e regulares para o SUS, para diminuir a desigualdade de acesso e utilização dos serviços de saúde, para aplicar o princípio do mutualismo na regulamentação dos planos empresariais e para melhorar substancialmente as condições de saúde e vida da população. Mas atenção, companheirada: esse programa não se materializa (a tática reformista social-democrática) descolada da estratégia (o igualitarismo do SUS) e esse equívoco deve ser superado, caso queiramos construir essa unidade com força ideológica e vigor teórico. Sabemos aparentemente para onde queremos ir, mas não sabemos como, nem discutimos no partido e com nossos aliados os impasses do sistema de saúde brasileiro, em um sentido socialista. Tampouco compreendemos a necessidade de reformar o mercado pari passu ao fortalecimento do SUS. Um exemplo. Faltam-nos alternativas políticas para mediar, de um lado, o poder da medicina liberal e empresarial, e de outro, os obstáculos para estabelecer um contrato coletivo de trabalho de longo prazo com os profissionais de saúde, definindo um plano de salários, cargos e carreira, ampliando as possibilidades da adoção da dedicação exclusiva e da medicina como carreira de Estado.

5

Não há espaço para afirmação do SUS, lógica e historicamente, se a pobreza, a desigualdade, a violência social e os baixos níveis educacionais e culturais da sociedade brasileira continuar o pressionando: sua defesa precisa estar articulada com transformações estruturais da sociedade, como um novo modelo de desenvolvimento econômico sustentado. Nesse contexto, está na hora de mudar o modelo de pagamento excessivo de juros, da regressividade tributária, da lei de responsabilidade fiscal e do superávit primário. O momento é grave para concretização do SUS. Exige unidade, grandeza e a retomada do diálogo de todos os setores petistas e progressistas. Sintetizando, para desprivatizar o sistema de saúde brasileiro e desmercantilizar o SUS, o PT tem tarefas fundamentais na conjuntura:

- compreender estrategicamente o significado da luta pela afirmação dos pressupostos do SUS, em um sentido humanista e socialista;
- apresentar um programa de governo que fortaleça as diretrizes constitucionais do SUS, socializar as instituições do mercado de serviços de saúde e regule o complexo médico-industrial;
- conscientizar os conselhos de saúde, os órgãos de defesa do consumidor, os profissionais de saúde progressistas e os intelectuais orgânicos os riscos que sistema público sofre sem uma "reforma da reforma" do SUS;
- mobilizar nossa base social coberta pelo mercado de planos, de que existem alternativas viáveis mais seguras, econômicas e menos nocivas ao SUS para a intermediação do financiamento da sua assistência médica;
- atrair nossos aliados políticos progressistas para travar essa disputa de hegemonia na sociedade e no parlamento pela melhoria das condições de saúde e atenção médica de toda população brasileira;
- convencer Lula e Dilma da superioridade social do modelo de proteção universal em relação ao liberal.★

***Carlos kalifa** é militante do PT. Atualmente é coordenador do Núcleo do Largo **Machado PT-R**

Do interdito político ao financiamento da saúde

*Ricardo Menezes**

Pretendia escrever poucas linhas sobre os debates que começam a ocorrer sobre o programa de governo para a Saúde, a ser apresentado à sociedade brasileira pela futura candidata do Partido dos Trabalhadores (PT) a presidenta do Brasil, Dilma Rousseff. Isso porque, vendo uma ou outra nominata de expositores em eventos dessa natureza, organizados pelo PT, me ocorreu redigir um alerta: é inadequado patrocinar tais eventos somente com quadros do governo, e seus aliados externos que como eles pensam, cujo discurso e prática no período foram de conformismo, ou seja, de aceitação do interdito político que os ministros da Fazenda e do Planejamento do governo Lula impuseram à ampliação e consolidação do Sistema de Saúde nacional, o Sistema Único de Saúde (SUS).

Em outras palavras, é preciso, necessariamente, convidar para esta elaboração quadros de governo, e de fora dele também, que tenham – e explicitem – visões de mundo de esquerda, portanto, contribuam com suas **análises críticas** para o entendimento do que ocorreu de 2003 a 2009 na Saúde no nosso país, especialmente sobre o período que se iniciou em meados de 2005 – a partir desse ano quadros políticos de um partido da base aliada assumiram a condução do Ministério da Saúde – até o presente.

Sintetizando: do sentimento conformista quanto ao interdito político da ampliação e consolidação do SUS para todos os brasileiros e todas as brasileiras, *isoladamente*, não brotará proposições, para programa de governo 2011-2015, ousadas e que se dirijam sem contradições ao encontro do interesse popular. No setor saúde, a discussão plural se impõe para que, ao fim e ao cabo, seja possível discutir uma plataforma social que venha a ser amplamente apoiada pela população, pois destinada à preservação da saúde e à defesa da vida da totalidade dos cidadãos brasileiros e das cidadãs brasileiras.

Pretendia desenvolver melhor este equívoco do PT no início do encaminhamento da discussão sobre programa de governo para a Saúde, mas desisti quando atinei que o projeto de lei complementar (PLC) que regulamenta o financiamento específico do setor saúde, inscrito na Constituição Federal (CF) através da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, portanto, emenda inscrita na CF no governo anterior ao governo Lula, continua estagnada na Câmara dos Deputados. O fato: salvo as exceções de praxe, deputados do PT, e de partidos aliados, não tem exercido pressão efetiva no sentido de que seja, afinal, colocado em votação o derradeiro destaque apresentado a esse projeto e, feito isso, que o mesmo seja remetido ao Senado.

Relembro: no primeiro dia da legislatura que se iniciou em 2003, o então deputado federal Roberto Gouveia (PT-SP) apresentou o PLC que regulamenta o financiamento do setor saúde no Brasil. O que ocorreu? Tramitou de 2003 a 2004, quando foi aprovado na última comissão da Câmara dos Deputados, e lá ficou nos anos de 2005, 2006 e até o final de 2007, quando foi aprovado, em meio a grave crise no setor saúde na região nordeste do país originária do subfinanciamento crônico do SUS, e remetido ao Senado onde permanece. Problema: no processo de aprovação desse PLC o governo federal – entenda-se ministros da área econômica – foi contra a vinculação orçamentária de 10% da receita corrente bruta da União para a Saúde e propôs um percentual a mais da arrecadação da CPMF para o setor, porém, como a CPMF foi extinta, naturalmente esse projeto ficou severamente prejudicado.

O senador Tião Viana (PT-AC) havia apresentado PLC que dispunha também sobre regulamentação do financiamento do setor saúde. O que ocorreu? Foi aprovado no mês de abril de 2008, no Dia Mundial da Saúde, por unanimidade, pelo Senado Federal e a partir de maio de 2008 começou a tramitar na Câmara dos Deputados. Lá permanece até este momento, no ocaso de 2009.

Na realidade, a organização sem iniqüidades do Sistema de Saúde nacional, público e universal, decididamente vem sendo combatida duramente desde 1989 pelos responsáveis pela condução da política econômica no país.

Nestes termos, podemos abordar o Sistema de Saúde nacional (SUS) em distintas dimensões. Talvez devêssemos passar a fazê-lo, ao tratar com interlocutores inseridos no circuito de comando da política econômica, sem discutir propriamente a questão orçamentária. Assim:

a) quantos milhões de pessoas não tem nenhum acesso aos serviços do SUS? Fontes não oficiais apontam algo em torno de 10%, ou seja, cerca 20 milhões de pessoas, portanto, *essas pessoas tem que passar a ter acesso*;

b) quantos milhões de pessoas, e em quais regiões do Brasil, não tem acesso aos serviços de urgência e emergência e, ainda, quantas pessoas, e em quais regiões do país, tem acesso dificultado aos serviços de internação no SUS? *Chegando-se aos dados há que se planejar prover o mais rápido possível os pertinentes serviços*;

c) quantos milhões de pessoas não tem acesso, ou o acesso é demorado, no SUS, a serviços especializados – de diagnósticos, terapêuticos e de reabilitação? *Chegando-se ao dado há que se planejar prover o mais rápido possível tais serviços*;

d) em todos os quadrantes do território nacional os serviços de saúde de natureza coletiva destinados ao controle de doenças (vigilância epidemiológica) e aqueles destinados ao controle de riscos relacionados aos estabelecimentos de saúde, aos produtos de interesse da saúde, ao meio ambiente e aos locais de trabalho (vigilância sanitária) estão organizados? Se existem regiões ou áreas em que não estejam organizados, os correspondentes serviços estaduais suprem as demandas? Ou se essas demandas não são supridas pelos estados os serviços correspondentes da União as suprem?

Esta abordagem revela a dimensão e o traço distintivo da Saúde em relação a todos os outros campos de intervenção na sociedade: a **defesa da vida de todas as pessoas!** Mas nela também salta aos olhos que a defesa da vida de todas as pessoas não se faz sem provisão orçamentária – da União, dos estados, do Distrito Federal e das municipalidades – específica, destinada única e exclusivamente para aplicação em ações e serviços públicos de saúde e suficiente, ou seja, provisão orçamentária e o controle de sua alocação na Saúde absolutamente estáveis.

Por fim, o Brasil tem recursos para consolidar o Sistema da Saúde nacional, o Sistema Único de Saúde (SUS), público e universal, com prestação de serviços qualificados e caracterizados pela eficiência e eficácia, para todas as pessoas. Criatividade não nos falta, bem como nós conhecemos as contradições, as iniqüidades e as desigualdades que estão se avolumando a cada dia no setor saúde país afora.

O que fazer: não tergiversar mais e apresentar a setores sociais potentes politicamente proposição que vise, no médio prazo, resgatar o Sistema Único de Saúde para o leito da solidariedade social – a verdadeira motivação de sua inscrição na Constituição Federal de 1988. Á opção a isso será a insolvência do SUS.★

***Ricardo Menezes** é sanitarista e militante do PT SP

OPINIÃO

Saúde: mais recursos, mais gestão

*Jânio Oliveira Coutinho**

Está ficando cada vez mais patente a necessidade de ampliar o financiamento do SUS. Trata-se de regulamentar, em definitivo, a Emenda Constitucional 29, de recuperar os 40 bilhões de reais/ano retirados pela extinção criminosa da CPMF e, se necessário, por um período especifico, aprovar e manter a CSS (Contribuição Social da Saúde) até que a regulamentação plena da Emenda 29 produza seus efeitos e os ganhos de recursos sejam internalizados plenamente ao sistema.

A luta pelo SUS não tem importância apenas na oferta de saúde publica, gratuita, universal, de qualidade e do funcionamento de um sistema resolutivo. O SUS também gera milhões de empregos diretos e indiretos, a exemplo dos milhares de agentes comunitários de saúde, que tem importância estratégica no funcionamento do sistema, na sua atenção básica.

O SUS também significa, em muitos aspectos, um espaço de grande incorporação tecnológica, de pesquisa e de interação do Brasil com paises mais avançados. Entre inúmeros exemplos, podemos citar a recente criação da Hemobras e, em futuro próximo, o pleno funcionamento de sua fábrica, em Pernambuco, que ao ser concluída e começar a funcionar vai representar incorporação de tecnologia extremamente avançada, ampliar a oferta de hemoderivados e, para alegria dos economistas, influenciar positivamente na balança de pagamentos, já que reduzirá despesas milionárias do SUS com a importação destes produtos.

Por fim, o SUS gera arrecadação de bilhões reais em tributos que financiam não só a saúde e se o não faz mais é porque, nem sempre o setor público tem a preocupação ou competência em direcionar as compras públicas, para ser uma alavanca de desenvolvimento econômico.

Caso houvesse esse entendimento do caráter estratégico do SUS, no PT, nos nossos governos e na esquerda em geral, quando do debate sobre a prorrogação da CPMF, não teríamos ficado na defensiva diante da chantagem da direita e da mídia oposicionista que transformou o debate sobre efetiva institucionalização do financiamento do SUS em uma falsa polêmica sobre o tamanho da carga tributária, como se a dupla PSDB-DEM não tivesse, no Governo FHC, promovido a maior expansão da carga tributária da história do Brasil.

A Fundação Estatal de Direito Privado na saúde, não se constitui em uma panacéia que resolverá todos os problemas da saúde pública brasileira, tampouco é algo que pode substituir todas as formas atuais, mas, é uma elaboração clara que tenta responder as questões observadas concretamente nas nossas gestões.

A Emenda Constitucional 29, mesmo que seja regulamentada da melhor forma possível, os impactos só seriam (e serão) sentidos a médio prazo. A CSS é um mecanismo que pode ser incorporado em definitivo ou não (ou até internalizado na regulamentação), a depender da experiência concreta, mas, neste momento com os prejuízos causados pelo fim da CPMF, a CSS pode ajudar bastante.

A polêmica mesmo gira ao redor da Fundação Estatal de Direito Privado para (algumas) áreas de saúde. Uns dizem que isso era "privatização" disfarçada, outros disseram que a Fundação Estatal de Direito Privado era um "mal menor" diante das OSCIP's e da terceirização direta, mas, que escondia o debate sobre o peso da dívida pública na restrição de investimentos públicos.

A Fundação Estatal de Direito Privado na saúde, não se constitui em uma panacéia que resolverá todos os problemas da saúde pública brasileira, tampouco é algo que pode substituir todas as formas atuais, mas, é uma elaboração clara que tenta responder as questões observadas concretamente nas nossas gestões. Não se trata de um artifício de "privatização disfarçada". O caráter dela continuara sendo estatal, mas, com uma flexibilidade institucional que permita deslocar esforços de rotinas, procedimentos e processos para mais resultados, resolutividade e eficácia. Questões essenciais como remuneração, celeridade de compras e flexibilidade da gestão podem ser otimizadas coma adoção da Fundação Estatal de Saúde que, para alem de continuar estatal, evidenciando-se não se tratar de privatização, será ainda mais pública, já que atenderá melhor ao público, razão principal da existência do SUS e será submetido a amplo controle social.

Logicamente, a Fundação Estatal não resolve tudo, tampouco se aplica a toda estrutura do SUS, mas, será um avanço e tanto. Precisaremos também de mais recursos. A sintonia correta representa "mais recursos e mais gestão" e não a criação de uma falsa contradição entre estes elementos. Regulamentar e Emenda Constitucional 29, aprovar a CSS, ampliar investimentos em tecnologia e em capacitação de recursos humanos, inclusive gerenciais, isso são tarefas conjuntas, associadas e não divergentes entre si.

Não podemos deixar de registrar que o custo da dívida é devastador. Quanto se completarem os oito anos do Governo Lula, cerca de R$ 1,2 trilhão de reais terão sido retidos com pagamento de juros e serviços da dívida. Mas ainda que durante estes oito anos não houvesse pagamento de um centavo sequer, ainda assim, incidiria sobre estes R$ 1,2 trilhão de reais, 12% (doze por cento) para aplicação na saúde. Teríamos, em tese, aproximadamente R$ 144 bilhões em oito anos, cerca de R$ 18 bilhões anuais, um valor significativo que ajudaria muito e teria, sem sombra de dúvidas, impacto extremamente positivo. Entretanto, devemos ponderar que não sabemos em que ambiente político e econômico estaríamos com a adoção de tal medida (não pagar nada, desde 2003). Por fim, não podemos esquecer: o fim da CPMF, diante da vacilação da base parlamentar no Senado e da timidez do PT e do Governo, custou R$ 40 bilhões de reais anuais, ou seja, cerca de R$ 320 bilhões de reais, se contabilizarmos oito anos. Fica evidenciado que falta de firmeza política, quase sempre, custa muito caro. ★

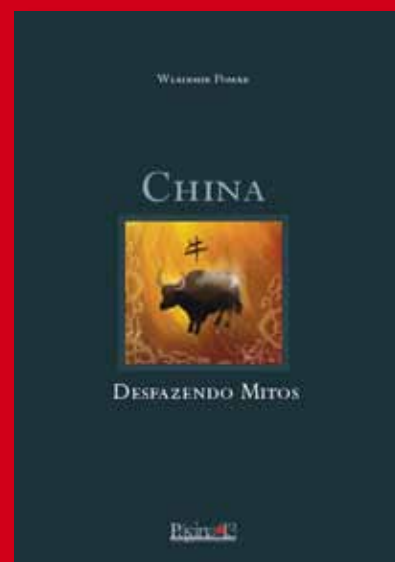
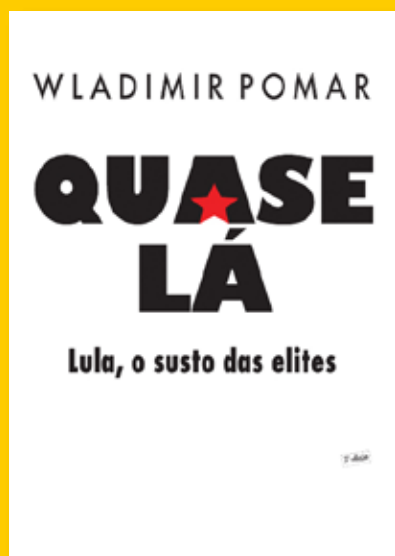
***Jânio Oliveira Coutinho** integra o Diretório Municipal do PT de Salvador

LIVROS

Lançamentos Editora Página 13

WLADIMIR POMAR

QUASE LÁ

Lula, o susto das elites

Informações e pedidos:
www.pagina13.com.br

UNIVERSIDADE

Tolerância nenhuma

*Rodrigo César**

Não se trata de um caso isolado, mas de um problema sistêmico. Geisy representa milhões de vítimas.

Tem sido através de muita luta, ao longo de séculos, que as mulheres vem conquistando espaços públicos, no meio acadêmico, no mundo do trabalho, postos de hierarquia e poder antes impedidas de ocupar. Isto afronta uma ordem patriarcal, sustentada por homens e mulheres, que sempre as explorou na vida privada.

Sobrepondo as conquistas, ainda impera a lógica machista que impede a liberdade das mulheres nos mais variados ambientes. Em casa ou nas ruas, violentadas física, moral e psicologicamente, a responsabilidade pela origem dos atos machistas e sexistas recai injustamente sobre elas: "provocadoras". É o que demonstra o episódio ocorrido, em São Bernardo do Campo, na Uniban, com a estudante Geisy.

O Conselho Universitário da universidade decide expulsá-la alegando comportamento inadequado que afronta o regimento interno da instituição. Afirma que não se trata de uma retaliação aos seus trajes, mas ao seu comportamento de incitar o tumulto e desmoralizar o ambiente acadêmico. Porém, cai em contradição: na mesma nota em que declara o desligamento da estudante, a intituição afirma que já havia a advertido pelos seus trajes. O fato é desmentido por Geisy.

Após (e devido a) grande reação de diversos movimentos sociais repudiando a decisão, que obteve cobertura privilegiada da grande mídia, o reitor da Uniban decide revogar a decisão do Conselho, anulando a expulsão. Trata-se, obviamente, de uma tática de mercado: caso a reação fosse de apoio, a nota do Conselho seria mantida, afinal, quando se trata de um negócio a ética é a do lucro máximo. No mesmo sentido é a decisão de promover medidas educativas sobre comportamento. Supostamente, demonstraria que a universidade se preocupa com a cidadania e é compromissada com o convívio em sociedade.

Ora, se há algum comportamento que deve ser alterado é o da instituição. Primeiro, tenta transformar a vítima em culpada. Depois, reafirma sua vocação de transformar a educação em um produto, retirando-a da esfera de direitos. Por fim, tenta passar um verniz de compromisso social.Caso esteja se referindo a uma sociedade orientada pela mercantilização do corpo e da vida, de fato a Uniban está compromissada.

A institucionalização do sexismo e do machismo é notória, segue a tendência da mercantilização da mulher nos meios de comunicação e demais esferas, públicas e privadas. A privatização do ensino segue rumo semelhante, institucionaliza-se e é propagada como alternativa ao acesso restrito à educação pública estatal que é, esta sim, responsável por garantir o direito fundamental.

O que se espera das forças democráticas, populares e progressistas é uma dura e contínua luta contra esta tendência, demonstrada brilhantemente na manifestação organizada em frente à Uniban e em diversas outras ações realizadas em diversos pontos do país. No entanto, ser consequente com isso exige dureza. Como afirma a nota da Central Única dos Trabalhadores – CUT sobre o caso, "Violência Contra as Mulheres, Tolerância Nenhuma!"

Portanto, ser consequente exige da central encerrar o convênio mantido com a Uniban, que, ao assegurar 5% de desconto nas mensalidades a seus associados, fortalece esta instituição sexista e machista.

Ser consequente com uma trajetória de luta em favor da igualdade exige daqueles que emprestaram suas imagens para as propagandas empresariais da Uniban, declarações contundentes repudiando os procedimentos adotados pela universidade.

Ser consequente com as declarações emitidas pelo Ministério da Educação e pela Secretaria Especial de Políticas das Mulheres, exige do governo federal uma dura sinalização: desligar a instituição do ProUni e garantir que a mesma retire de seus cofres os gastos com os estudantes bolsistas.

Se é pelo bolso que se orienta a Uniban, é no bolso que deve doer. Mas não nos enganemos. A violência poderia ter ocorrido nos corredores de outra empresa da educação, e reação semelhante viria de outros empresários. Não se trata de um caso isolado, mas de um problema sistêmico. Geisy representa milhões de vítimas.

No ambiente público ou no privado, o machismo e o sexismo deve ser banido completa e imediatamente. Para avançar na construção de uma sociedade justa e que garanta a liberdade de homens e mulheres, em igualdade não apenas no âmbito legal, tolerância nenhuma. ★

***Rodrigo Cesar** é coordenador de relações internacionais da Juventude do PT

Um tribunal totalmente eleitoral

Justiça do Pará aprova Intervenção e entra em campo na disputa eleitoral de 2010

Marcelo Martins*

Passados 13 anos do episódio mais sangrento da luta pela reforma agrária no Pará, fronteira amazônica, quando 19 sem-terra foram massacrados pela Polícia Militar em Eldorado dos Carajás, o Tribunal de "justiça" do Estado aprovou por quase unanimidade o pedido de intervenção federal no Estado em favor dos ruralistas-latifundiários que, através da Faepa e da CNA (representada pela senadora ultra-conservadora, Kátia Abreu-DEM) ajuizaram o pedido.

Esse episódio seria espantoso e absurdo caso não fosse a justiça paraense a protagonista desse afronte à sociedade e ao estado de direito e caso não estivéssemos a menos de um ano de novas eleições para o Estado. Afinal, foi essa mesma justiça que ao arrepio da lei e do respeito às famílias dos trabalhadores chacinados inocentou o mandante do massacre de Eldorado dos Carajás, o ex-governador Almir Gabriel do PSDB, o mesmo que foi derrotado pela governadora Ana Júlia Carepa do Partido dos Trabalhadores nas eleições passadas, e hoje cumpre auto-exílio no litoral paulista, paradoxalmente plantando orquídeas.

Qualquer semelhança não é mera coincidência

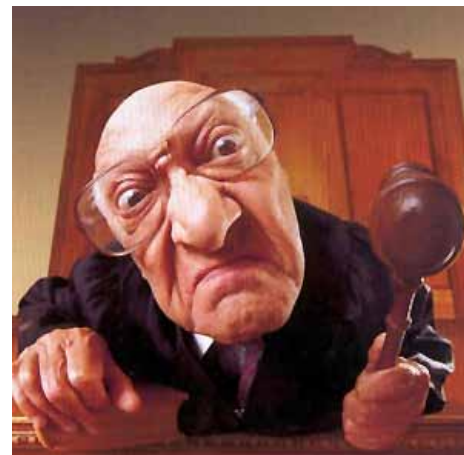
Do sul ao norte do país os grupos conservadores e o PIG (Partido da Mídia Golpista), insatisfeitos com o êxito dos governos progressistas do Brasil de Lula e do Pará de Ana Júlia sofrem cotidianamente retaliações e tentativas frustradas de golpe, portanto, não estranhamos de modo algum o comportamento desses senhores e senhoras "travestidos" de juízes imparciais, arregalam os olhos e fazem sua escolha de classe e de defesa dos seus interesses familiares, de amigos e seus próprios, pois se pesquisarmos a fundo a motivação desta decisão da "justiça" paraense verificaremos que seus parentes, amigos íntimos e eles mesmos são proprietários de terras e fomentadores do latifúndio improdutivo, do agro-negócio e da impunidade no campo, onde, a cada ano, tombam assassinados trabalhadores e trabalhadoras que lutam por justiça, terra e liberdade.

Seja no Rio Grande do Sul, onde o Ministério Público e o governo de Yeda Crusius do PSDB tentam a todo custo criminalizar os sem-terra, seja no Pará onde o governo do PT tem priorizado o diálogo e o respeito aos movimentos socais como caminho para a resolução dos conflitos agrários e por isso sofre pesadas investidas dos conservadores do PSDB e DEM para desestabilizar o governo e criminalizar os sem-terra essa realidade tem que ser combatida com mobilização social de massas sob pena de darmos um perigoso passo para trás em relação aos avanços, mesmo que ainda tímidos, no rumo da reforma agrária e do direito social a terra, trabalho, renda e vida dignos para a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil e do Pará.

Contra ponto

É oportuno e imprescindível realizarmos uma singela reflexão: caso fossem os sem-terra a ajuizarem pedido de intervenção por descumprimento da reforma agrária pelo governo, a título de exemplo o de São Paulo, do Mato Grosso do Sul e do Pará, qual seria a posição da justiça? Ela decidiria quase que por unanimidade em favor dos sem-terra, seu oposto de classe e contra seus interesses? Decidiriam pela intervenção caso os governos, através de sua polícia massacrasse trabalhadores para garantir o direito do ir e vir da população e assim desobstruíssem rodovias, como no caso da Curva do "S" em Eldorado do Carajás, atentando contra o direito mais elementar e importante quanto o direito a vida?

Seguindo a reflexão sobre a ação política da "justiça" paraense e buscando parâmetros comparativos para o ocaso parauara, pensemos nós em grau de importância, relevância e amplitude social o que é mais nocivo e prejudicial a res pública: aprovar intervenção pelo involuntário descumprimento de reintegração de posse ou pelo caos na saúde e segurança públicas que assola determinados Estados da Federação, como São Paulo ou Rio de Janeiro?

Coloquemos a questão por outro ângulo: o que a sociedade deve fazer quando o poder judiciário resolve "fazer política", partidária e de grupos de interesse, e exerce isso por mecanismos pouco ortodoxos, como a intervenção federal em um Estado da federação, para prejudicar milhões de pessoas penalizando um governo legítimo e eleito pela vontade popular que escolheu mudança e transformação social?

É necessário aqui esclarecer que o instrumento da intervenção somente foi utilizado antes no Pará durante regimes de exceção, ou seja, por ditaduras militares, que usualmente utilizam esse instrumento para subtrair direitos e instaurar a barbárie.

Justiça, Intervenção e eleições 2010

Não é necessário ser sociólogo ou cientista político para saber que a "justiça" paraense ao pender a balança para os poderosos do campo (latifundiários, agronegócio e seus associados), aprovando a intervenção, jogou uma cartada importante para modificar o cenário político em favor dos setores conservadores no Pará, em particular em favor do PSDB e DEM. Porém, é saudável lembrarmos um adágio popular que diz: ou você apita o jogo ou joga, as duas coisas não dá.

Em nota o PT do Pará classifica a intervenção como um: "golpe contra o Estado, porque em menos de três anos, o Governo da petista Ana Júlia já cumpriu 101 reintegrações de posse e restam apenas 70 para cumprir. No governo tucano, até 2006 havia 173 ações de reintegração de posse não cumpridas. E o mesmo Tribunal não acolheu qualquer pedido de intervenção e nem buscou auxiliar os graves conflitos fundiários existentes no Estado.

O PT entende que a intervenção é um ato contra a democracia e a caracterização explícita de perseguição política a um governo que busca o diálogo, o consenso, tentando inverter a lógica do autoritarismo e do argumento da força,exaustivamente utilizados no governo tucano, sem qualquer interferência do Tribunal de Justiça do Estado!". ★

***Marcelo Martins** é historiador e militante do PT

INTERVENÇÃO NO PARÁ É MAIS UMA TENTATIVA DE GOLPE CONTRA O GOVERNO DO ESTADO! TODO APOIO AO MST E AO DIREITO DE TERRA, MORADIA E PRODUÇÃO!

1. O acolhimento no Tribunal de Justiça do Estado do pedido de intervenção contra o governo do Estado é uma tentativa de golpe contra o Estado, contra a democracia e contra o povo do Pará.

2. É um golpe contra o Estado, porque em menos de três anos, o Governo da petista Ana Júlia já cumpriu 101 reintegrações de posse e restam apenas 70 para cumprir. No governo tucano, até 2006 havia 173 ações de reintegração de posse não cumpridas. E o mesmo Tribunal não acolheu qualquer pedido de intervenção e nem buscou auxiliar os graves conflitos fundiários existentes no Estado.

3. O PT entende que a intervenção é um ato contra a democracia e a caracterização explícita de perseguição política a um governo que busca o diálogo, o consenso, tentando inverter a lógica do autoritarismo e do argumento da força,exaustivamente utilizados no governo tucano, sem qualquer interferência do Tribunal de Justiça do Estado!

4. É no governo petista, ou seja, há menos de três anos, que se inicia um processo de ordenamento fundiário no Pará, para começar a debelar o caos fundiário que existe desde a ocupação desordenada da Amazônia. E esse trabalho se faz com diálogo e não com assassinatos, como aconteceu em Eldorado dos Carajás, no governo tucano.

5. O PT caminhará junto com o Governo do Pará contra a intervenção no Estado e na busca de soluções para os graves conflitos fundiários que existem em nosso Estado e que somente agora , reafirmamos, começa a ter um início de trabalho, com projetos substantivos como o Zoneamento Ecológico e Econômico, o Cadastro Ambiental Rural e o Programa de Titulação de Terras, este em parceria com o Governo Lula.

6. Não defendemos a prática da violência como meio para resolução do problema fundiário. No entanto, a justiça, que ainda não condenou nem mandou prender os assassinos de trabalhadores rurais, não pode considerar hediondo os conflitos agrários. A prisão das lideranças do MST só confirmaria a face parcial da justiça paraense, o que o PT não aceita!

7. O PT reafirma sua solidariedade à luta do MST, Fetagri, Fetraf, Contag, CUT e trabalhadores da agricultura familiar pelo direito à terra, trabalho e liberdade, direito de morar e produzir, bandeiras históricas do nosso Partido. É real e confirmada pelo Censo 2006 a concentração cada vez maior da propriedade privada no Brasil. Menos de 15 mil latifundiários terra em nosso país detêm fazendas acima de 2,5 mil hectares e possuem 98 milhões de hectares. Cerca de 1% de todos os proprietários controla 46% das terras.A nossa luta é pela democratização da propriedade da terra, cada vez mais concentrada em nosso país. Imensas faixas de terras que o latifúndio se apropriou são da União, inclusive no Estado do Pará.

8. Para pacificar e desenvolver o campo, precisamos de diálogo e permanente e de uma política de reforma agrária. A desproporcionalidade do conflito, no qual o latifúndio tem o poder econômico e midiático, exige que nós, do PT, estejamos ao lado dos lutadores e lutadoras que estão sendo tratados como bandidos.

9. Queremos a imediata revogação de prisão das lideranças do MST! E o fim da intervenção no Estado do Pará!

Executiva Estadual do
Partido do Trabalhadores
Belém.Pará, 13 de novembro de 2009.

4ª Jornada Nacional de Formação Política da AE

De 29/11 a 13/12/2009 – Instituto Cajamar - São Paulo

Curso 1 - de 29/11 a 06/12: Estudo das Resoluções da Articulação de Esquerda

Dia 29/11 – Domingo
História da Luta pelo Socialismo (1848-1917 e Revolução Russa)

Dia 30/11 – Segunda
História da Luta pelo Socialismo (Revolução Chinesa, Revolução Cubana, a Unidade Popular no Chile)

Dia 01/12 – Terça
História da Luta pelo Socialismo (o momento atual)
Resoluções da X Conferência da AE - Socialismo/Estratégia/Bloco Histórico

Dia 02/12 – Quarta
Resoluções da X Conferência - A questão do Programa e do Partido

Dia 03/12 – Quinta
Feminismo e Luta Socialista
Aspectos gerais da formação econômica e social brasileira
História do Brasil (1888/89 a 1930)

Dia 04/12 – Sexta
História do Brasil (1930 a 1964; 1964 a 1980)
História do PT (1980-2009) e da AE (1993-2009)

Dia 05/12 – Sábado
Governo Lula – história, balanço preliminar, perspectivas 2010 e próximos anos

Dia 06/12 – Domingo
Avaliação e encerramento

Curso 2 - de 7/12 a 13/12: Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina e no Brasil

Dia 7/12, segunda
Situação atual, panorama da conjuntura internacional, com ênfase na América Latina

Dia 8/12, terça e 9/12, quarta
Desenvolvimento capitalista no Brasil

Dia 10/12, quinta
Modo de produção capitalista e história do continente latino-americano

Dia 11/12, sexta
Programa e estratégia democrático popular e socialista no Brasil sob a perspectiva da luta das mulheres
Programa e estratégia democrático popular e socialista nas condições da luta de classe no Brasil atual

Dia 12/12, sábado
Análise crítica do governo Lula e propostas para o governo Dilma, à luz da estratégia

Dia 13/12, domingo
Avaliação e encerramento

Curso 3 - de 7/12 a 13/12: Conjuntura e campanha eleitoral 2010

Dia 7/12, segunda
Diagnóstico da Conjuntura Eleitoral Nacional

Dia 8/12, terça
Desenvolvimento capitalista no Brasil & Programa 2011-2014

Dia 9/12, quarta
Tática da Campanha Dilma &
Painel das Candidaturas estaduais (majoritárias e proporcionais) do PT e da AE

Dia 10/12, quinta
Oficina sobre campanhas eleitorais (planejamento, etapas, ferramentas)

Dia 11/12, sexta
Estudo das questões da comunicação e propaganda

Dia 12/12, sábado
Análise crítica do governo Lula e propostas para o governo Dilma, à luz da estratégia

Dia 13/12, domingo
Avaliação e encerramento

Curso 4 - de 09/12 a 12/12: Feminismo e Luta Socialista

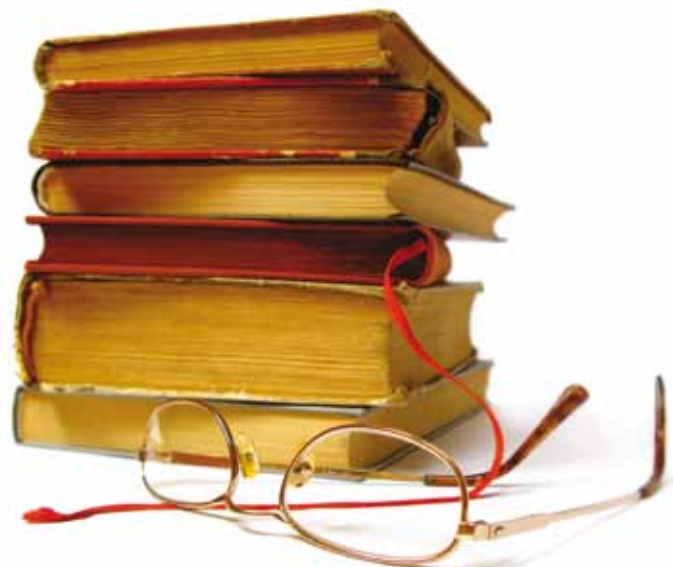
Dia 09/12, quarta
A teoria feminista e os feminismos
Feminismo socialista
Oficina - Relações de poder e patriarcado

Dia 10/12, quinta
Relações de poder e patriarcado
Relações sociais de gênero e relações sociais de sexo – ser homem e ser mulher: uma construção social.
Espaços público e privado - O papel da família na reprodução social da vida e no processo de produção capitalismo – Trabalho doméstico.

Dia 11/12, sexta
O papel das mulheres nos diferentes modos de produção (com ênfase no capitalismo), o tipo de estado e o lugar das mulheres;
Os direitos e o papel das mulheres nas experiências socialistas e no “estado de bem-estar social”, os direitos das mulheres (sociais, civis, econômicos e sexuais/reprodutivos) sob o capitalismo;

Dia 12/12, sábado
Políticas públicas - limites e desafios, histórico e implementação
Histórico do Movimento de Mulheres no Brasil e no mundo

PREÇOS E INSCRIÇÃO

Curso 1 - R$ 450,00
Cursos 2 e 3 - R$ 400,00
Curso 4 - R$ 270,00
Incluso no preço: hospedagem, alimentação e traslado São Paulo-Cajamar (haverá transporte saindo da sede nacional do PT nos dias 28/11, 6/12 e 8/12, de modo a que os alunos pernoitem em Cajamar na véspera do inicio dos cursos).
Inscrições e mais informações: contatem liciolobo@uol.com.br com cópia para pomar.valter@gmail.com

PED 2009

1º TURNO 22 DE NOVEMBRO,
2º TURNO 6 DE DEZEMBRO

HEVERSON CASTRO
presidente estadual do PT-Amapá

PED2009

Marcel Frison

PRESIDENTE DO PT
RIO GRANDE DO SUL
NÚMERO 300

JORGE PENHA
presidente do PT de Macapá

PED2009

Sonia Fraga

PRESIDENTA DO PT
VITÓRIA - ES
NÚMERO 520

KELSON ROCHA
presidente do PT de Santana

RENATO SIMÕES - PRESIDENTE PT/SP

Militante socialista, lutador social, filósofo, pós-graduado em direitos humanos, deputado estadual entre 1995 e 2006, atual Secretário de Movimentos Sociais da Executiva Nacional do PT, a chapa **Esquerda Socialista 420** oferece a trajetória militante de **Renato Simões 320**, de combate e oposição aos tucanos, à disposição dos filiados do PT-SP para avançar no fortalecimento partidário, nas batalhas de 2010 e na construção do nosso projeto estratégico: o socialismo.

TADEU VENERI
candidato à presidência do PT do Paraná

Na foto, Tadeu Veneri, candidato da chapa Luta Socialista à presidência do PT do Paraná. Nacionalmente, Tadeu apóia a candidatura de Iriny Lopes e a chapa Esquerda Socialista.

ULISSES KANIAK
candidato à presidência do PT de Curitiba

Ulisses Kaniak é candidato da chapa Socialismo é Luta à presidência do PT de Curitiba. Ele apóia Iriny Lopes, Tadeu Veneri, Luta socialista no Paraná e Esquerda Socialista no Brasil.

PAULO BOMFIM
candidato à presidência do PT de Alagoas

Paulo Bomfim é candidato da chapa Esquerda Socialista à presidência do PT de Alagoas. O número de Bomfim é 320. O número da chapa estadual é 420. Nacionalmente, Bomfim apóia Iriny Lopes e a chapa Esquerda Socialista.

LUCAS SOARES
candidato à presidência do PT de Maceió

Lucas Soares é candidato da chapa Esquerda Socialista à presidência do PT de Maceió. O número de Lucas é 520. Lucas apóia as candidaturas de Paulo Bomfim e Iriny Lopes e vota Esquerda Socialista de ponta-a-ponta.

FÁBIO PESSÔA
candidato à presidência do PT do Pará

Fábio Pessôa é candidato à presidência do PT do Pará, lançado pela chapa Esquerda Democrática e Socialista nº 460. O número de Fábio Pessôa é 320.

GUIDA CALIXTO
candidata à presidência do PT de Campinas (SP)

Guida Calixto é candidata da chapa Esquerda Socialista à presidência do PT de Campinas (SP). Seu número é 520. Guida vota em Renato Simões presidente estadual, Iriny Lopes presidente nacional e vota na chapa Esquerda Socialista de ponta-a-ponta.

TIAGO NOGUEIRA
candidato à presidência do PT de Santo André (SP)

Como atual presidente do PT de Santo André, **Tiago Nogueira 520** tem sabido conduzir o partido nesses “dias bicudos” que vivemos na cidade, pautando sua atuação na busca da unidade partidária, considerando a diversidade interna e a voz da militância.

GINO GENARO
candidato à presidência do PT de São José dos Campos (SP)

A candidatura Gino Presidente - nº 550 e a chapa Partido de massa, de luta, de esquerda e socialista - nº 650, defendem um partido comprometido com as lutas sociais e com a construção do socialismo.

LÍCIO LOBO
candidata à presidência do PT de Diadema (SP)

Em Diadema, a esperança continua vermelha! Por um PT democrático e de luta! **Licio** - Presidente 520 - **Esquerda Socialista** - Chapa 620.

Médicos do povo para o povo

Emir Sader

A Elam (Escolas Latinoamericanas de Medicina), projeto iniciado há 10 anos em Cuba, já formou médicos de 45 países e de cerca de 84 povos originários. Formaram-se 1496 médicos em 2005, 1419 em 2006, 1545 em 2007, 1500 em 2008, 1296 em 2009.

Há 10 anos que se estão formando as primeiras gerações de médicos de origem pobre na América Latina. Não estão sendo formados pelas excelentes universidades publicas latinoamericanas, que têm os melhores cursos tradicionais de medicina do continente. Nem falar das universidades privadas.

Eles estão sendo formados pelas Escolas Latinoamericanas de Medicina, projeto iniciado há 10 anos em Cuba e que agora já conta com uma Escola similar na Venezuela e tem projeto de ampliar-se para países como Bolívia e Equador. São selecionados estudantes por cotas de movimentos sociais – originários do movimento camponês, do movimento negro, do movimento sindical, do movimento indígena e de outros movimentos sociais -, se tornam alunos do melhor curso de medicina social do mundo e retornam a seus países para praticar os conhecimentos adquiridos não na medicina privada, mas na medicina social, pública, nos lugares que os nossos países mais precisam, sem contar normalmente com os médicos formados nas universidades tradicionais.

Cuba transformou uma antiga instalação militar – a Academia Naval Granma – em uma universidade médica latinoamericana, para que milhares de jovens privados de estudar medicina nos seus países, possam ter acesso a esse curso em Cuba e retornem a seus países para atendes necessidades que não são contempladas pela medicina tradicional.

Além da melhor medicina social que se pode dispor hoje no mundo, os alunos recebem formação histórica sobre o nosso continente, respeitando-se as convicções – políticas, religiosas – de cada aluno. “Médicos dispostos a trabalharem onde for preciso, nos mais remotos cantos do mundo, onde outros não estão dispostos a ir. Esse é o médico que vai ser formar nesta Escola” – dizia Fidel na inauguração da Escola.

A primeira turma se formou em 2005. Formar um médico nos EUA custa não menos de 300 mil dólares. Cuba está formando atualmente mais de 12 mil médicos para países do Terceiro Mundo, em uma contribuição inestimável para os povos desses países. Mesmo passando dificuldades econômicas nas duas ultimas décadas, Cuba não diminuiu nenhuma vaga na Escola Latinoamericana de Medicina – como, aliás, nenhuma vaga nas escolas cubanas, nem nenhum leito em hospital.

Desde a formação da primeira turma, em 2005, graduaram-se médicos de 45 países e de cerca de 84 povos originários. Formaram-se 1496 médicos em 2005, 1419 em 2006, 1545 em 2007, 1500 em 2008, 1296 em 2009. Os três países que tiveram mais médicos formados na Escola são Honduras, com 569, Guatemala, com 556 e Haiti, com 543. Atualmente mais de 2 mil alunos estudam na Escola. A procedência social deles é em sua maioria operários e camponeses. As religiões predominantes são a católica e a evangélica.

A Escola em Cuba – em uma cidade contigua a Havana – é integrada por 28 edificações numa área de mais de um milhão de metros quadrados, onde os estudantes recebem o curso pré-medico e os dois primeiros anos do curso de medicina, de ciências básicas. Depois os alunos recebem o “ciclo clínico” nas 13 universidades médicas existentes em Cuba. O corpo geral de professores é de mais de 12 mil.

O Brasil também já conta com cinco gerações de médicos, formados na melhor medicina social, sem que possam exercer a profissão, propiciada pela generosidade de Cuba. Os Colégios Médicos tem conseguido bloquear esse beneficio extraordinário para o povo brasileiro, alegando que o currículo em que se formara, não corresponde exatamente ao das universidades brasileiras – uma forma corporativa de defender seus privilégios.

As nossas universidades públicas costumam ter as vagas ocupadas por alunos que se preparam muito melhor que a grande maioria, por dispor de recursos econômicos que lhes possibilitam ter formação muito superior às dos outros. Assim, em geral tem origem na classe média alta e na burguesia, que desfrutam da melhor formação que as universidades públicas possuem, gratuitamente, sem que a isso corresponda a contrapartida de exercer medicina social, nas regiões em que o país mais necessita.

Essas instituições corporativas não devem se preocupar, as centenas de médicos formados na Escola Latinoamericana de Medicina não abrirão consultórios nos Jardins de São Paulo, na zona sul do Rio ou em outras regiões ricas das capitais brasileiras. Eles irão fazer a medicina social que o Brasil precisa, atendendo a demandas que não são atendidas pelos médicos formados nas melhores universidades públicas brasileiras, mas que derivam seus conhecimentos para atender a clientelas privadas, em condições de pagar consultas e tratamentos caros.

As negociações para o reconhecimento dos diplomas dos jovens médicos solidários formados em Cuba estão em desenvolvimento, com apoio do governo brasileiro, mas ainda não chegaram a uma solução que permita o aporte dessas primeiras gerações de médicos brasileiros de origem popular. ★